

ALGUMAS INFORMAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL

A diretoria do SINDIMETRO, preocupada com a situação política no Brasil e diante da iminência de golpe, apresenta para a categoria alguns elementos para a discussão e reflexão de todos nós.

Quando as classes dominantes - patrões, fazendeiros, banqueiros e os políticos que os apoiam - fazem uma campanha tão forte e cotidiana como estamos vendo, todo e qualquer trabalhador que defenda a sua classe tem que se colocar uma questão: o que eles estão querendo? Será que tudo o que é dito é mesmo como dizem? No caso em particular do Brasil, também teríamos que perguntar: essa gente que já privatizou tanta coisa no Brasil, que já estiveram tantos anos no governo, onde inclusive alguns deles e suas famílias tiveram participação nas mais de duas décadas de ditadura militar, estão mesmo interessados em combater a corrupção? Ou será que estão usando a corrupção como cortina de fumaça?



1 - O PODER JUDICIÁRIO

Qualquer trabalhador sabe que no Brasil a Justiça nunca foi sinônimo de imparcialidade. E, diferentemente do sistema Judiciário de vários países da América Latina, o Judiciário brasileiro não foi democratizado com o fim da ditadura militar. O STF chegou a depor presidentes, deu posse a todos os generais-presidente, fechou o Congresso Nacional, validou todos os decretos de exceção do governo militar e ainda mandou prender

um deputado que criticou o ditador Pinochet do Chile.

Com a Constituição de 1988 o Judiciário ganhou mais poder e teve ainda o reforço das competências do Ministério Público (os procuradores), utilizando a Polícia Federal como sua guarda especial. **E o interessante é que goza de privilégios e verbas e não tem que prestar contas a ninguém!** Nem para o Executivo, nem para o Legislativo ou a qualquer brasileiro!

A democratização das instituições corruptas do Estado, através de uma verdadeira reforma política feita através de uma Constituinte Soberana, vai precisar reformar o Judiciário, instrumento dos grandes empresários e latifundiários e com os quais os juízes se relacionam, sendo eles mesmos em sua maioria também empresários, donos de faculdade, sócios de bancos, etc.

Diante disso, podemos confiar em sua imparcialidade?

A LAVA-JATO

É nesse contexto que é preciso entender a Lava Jato, que tem relação direta com a Petrobras e o pré-sal. Depois da sua descoberta, o governo Lula adotou o chamado sistema de partilha, que permite a uma empresa privada explorar os campos do pré-sal, desde que a Petrobras fique automaticamente com 30%. As multinacionais norte-americanas ficaram “nervosas”, por que durante o governo FHC elas exploravam os campos petrolíferos brasileiros sem qualquer partilha e por meio de concessão total.

Na época, o governo dos Estados Unidos declarou publicamente sua insatisfação com a adoção de tal medida e manteve contatos com políticos da oposição (José Serra, em particular) que prometeram mudanças no sistema de partilha logo que ganhassem as eleições, o que não ocorreu!

A maior prova do interesse do governo norte-americano no pré-sal foram os vazamentos dos grampos

que a sua Agência de Segurança Nacional promoveu contra a estatal brasileira e o gabinete da Presidência.

Então veio a Lava Jato que, baseando suas investigações no sistema de lobs e propinas que de fato existiam na Petrobras, usou esse argumento para atacar de um lado – e de forma seletiva – o PT e, de outro, a Petrobras. No meio disso tudo estavam os financiamentos privados de campanhas...

As famosas delações premiadas, sem que se precisasse apresentar uma única prova, foram o instrumento que, se apoiando no “alto falante” da mídia com os seus também seletivos “vazamentos”, venderam a ideia de que a Petrobras era tão somente um antro de “negociatas”.

O resultado foi o enfraquecimento da Petrobras no mercado mundial (diga-se de passagem, controlado pelos EUA), com o objetivo de recolocar em discussão o sistema de par-

tilha. A oposição não pensou duas vezes: o senador Serra apresenta o seu projeto de lei de concessão irrestrita e, auxiliado pela posição covarde do governo Dilma, consegue aprová-la no Senado.

Lateralmente, a Lava Jato contribuiu também para agravar a situação das grandes empresas nacionais de engenharia civil (mercado também cobiçado por empresas estrangeiras), tendo como resultado a perda de mais de 80 mil postos de trabalho desde o início dessa investigação.

Em um cenário com tantos interesses políticos e comerciais em jogo, não é possível acreditar em um verdadeiro combate à corrupção! Prova disso é o fato de que os políticos que defendem o impeachment são os mesmos que defendem os interesses das multinacionais e que sempre atacaram os direitos da classe trabalhadora, além de serem muitos deles alvos de investigação!



SÉRGIO MORO E SUA RELAÇÃO COM A OPOSIÇÃO E OS EUA

A relação da família Moro com a direita oposicionista e alguns meios de comunicação é público e notório (parentes ligados ao PSDB e outros trabalhando na Globo). Mas, recentemente, através de documentos internos do governo americano – vazado pelo Wikileaks - ficamos sabendo que os EUA treinavam agentes judiciais brasileiros, entre eles Sérgio Moro. O documento, de 2009, propõe inclusive instalar treinamento apoiado em Curitiba (1).

Perguntamos: qual o interesse dos Estados Unidos no treinamento de juristas brasileiros? Mera coincidência que tais treinamentos ocorreram em meio a Lava Jato, que investiga corrupção na Petrobras? Por que a grande imprensa não ficou indignada e divulgou com veemência tal fato? É porque isso não interessa para trama política que organizam!

Por fim, há também que se perguntar por que agora o juiz Sérgio Moro, que fez tantos vazamentos seletivos para a imprensa, colocou em segredo de justiça a lista da Odebrecht, que data pelo menos desde o governo Sarney, com mais de 200 políticos de TODOS OS PARTIDOS? Esta é uma medida de quem quer mesmo combater a corrupção?

(1) **Leiam:** <http://www.esquerdadiario.com.br/Wikileaks-EUA-criou-curso-para-treinar-Moro-e-juristas>

2 - POR QUE ESTE IMPEACHMENT É GOLPE?

A classe dominante fecha o cerco. O Congresso Nacional arma o circo com o impeachment alegando improbidade administrativa com o dinheiro público através da chamada “pedaladas fiscais”.

A primeira curiosidade é que o governo FHC fez isso corriqueiramente e ninguém – nem o Congresso, nem o TCU e nem o STF - levantou que era improbidade administrativa, passível de perda do mandato.

Mas, para não ficar no passado... é preciso que se saiba que quase todos os governadores recorrem às chamadas “pedaladas”. No caso do governo Dilma foram 4 “pedaladas”, mas o governo Alckmin do PSDB fez, só no último ano, 31! E por acaso alguém está propondo o impeachment do Alckmin?

E no que consiste a tal “pedalada fiscal”? É uma manobra fiscal usada por técnicos que lidam com o orçamento público como sinônimo de postergar uma despesa. Com dificuldades para arrecadar e para não atrasar o pagamento dos programas sociais, o governo decidiu postergar em um mês os repasses desses valores para a Cai-

xa Econômica Federal. Logo, não houve improbidade de uso do dinheiro público. E se atrasar pagamento de contas fosse crime, não teria um único trabalhador que não estivesse na cadeia!

Sem dúvida, o melhor teria sido o governo reconhecer o déficit, adotar medidas para cobri-lo como, por exemplo, taxar grandes fortunas e

controlar as remessas de lucro das multinacionais, coisa que os bancos e o chamado “mercado” não queriam nem ouvir... Mas o governo Dilma, prisioneiro do cumprimento do superávit fiscal primário, preferiu usar as “pedaladas”.

Portanto, para haver impeachment é preciso um crime. E se não houve crime, é golpe!



MAIS DE 50 PROJETOS DE LEI CONTRA OS TRABALHADORES

Todos esses artifícios políticos são para esconder o principal: é insuportável para a classe dominante ver trabalhadores tendo aumentos reais de salários, aposentadorias e inúmeros direitos frente à crise mundial. E também não aceitam ter um país que mantém empresas nacionais e controla suas riquezas ou parte delas, como no caso do pré-sal.

E os lacaios do PSDB e do PMDB não têm vergonha de representar os interesses estrangeiros no Brasil. No chamado programa “construído” por esses 2 partidos – a “Ponte para o Futuro” – está dito com todas as letras que o Brasil precisa: da terceirização irrestrita; de acabar com o aumento anual do salário mínimo e das aposentadorias; de

acabar com a obrigatoriedade da porcentagem do orçamento para a saúde e a educação; da necessidade de uma nova reforma da Previdência e que é preciso a privatização de todas as estatais!

Portanto, não é obra do acaso que existam mais de 50 projetos de lei no Congresso Nacional para serem votados, onde se destacam:

- A terceirização irrestrita;
- O acordado prevalecendo sobre o legislado;
- Fim dos concursos públicos;
- Alteração da CLT para possibilitar a homologação direta do empregado com o empregador, sem a presença dos sindicatos;
- Modificação da CLT para inviabilizar que o trabalhador demitido reclame

direitos na Justiça do Trabalho;

- Livre estimulação das relações trabalhistas entre trabalhador e empregador sem a participação do sindicato;
- Redução da jornada com redução de salário;
- Regulamentação do trabalho intermitente por dia ou hora, entre outros projetos.

É isso o que querem com o golpe! Agora é o PT, logo a seguir vão querer criminalizar os sindicatos para acabar com toda e qualquer organização dos trabalhadores.

É por isso que para um trabalhador não é indiferente a manutenção da democracia, do estado democrático de direito e de um governo legitimamente eleito.

3 - A CATEGORIA METROVIÁRIA

A nossa categoria já passou pela experiência com governos anteriores do PSDB, os mesmos que hoje se arvoram “combatentes da corrupção e da ética”. Vivenciamos inúmeros tipos de ilegalidade, sofremos com as “puxadas de tapete” de todo tipo, com um período de arrocho salarial que os novos colegas não podem imaginar! Inclusive passamos pela tentativa de privatização do metrô de BH na “calada da noite”, nos últimos dias do governo FHC!

No entanto, ainda que tenhamos travado muitas batalhas durante os governos do PT, foi durante os últimos 12 anos que conquistamos aumentos reais de salário e negociamos o PES, que melhorou significativamente as condições salariais da maioria da categoria, entre outras conquistas. E ainda que o governo Pimentel não esteja cumprindo com os compromissos firmados com os trabalhadores, é forço-

so reconhecer que há uma maior disposição de negociação desse governo do que jamais tivemos durante todos os governos do PSDB.

Também é preciso destacar que as conquistas de ontem e de hoje só foram possíveis por que existe uma categoria que se organiza ao redor do seu sindicato. E a existência do SINDIMETRO foi fundamental para que ainda hoje estejamos nos dirigindo a todos vocês como empregados de uma empresa estatal.

Companheiros e companheiras,

A diretoria do SINDIMETRO que ora apresenta esses elementos para reflexão não se considera dona da verdade. Não pretende esgotar a discussão dos problemas que afligem a classe trabalhadora com os elementos aqui apresentados. Mas é preciso que tenhamos claro que quando se deparam duas

classes sociais – empregados e empregadores ou, se preferirem, trabalhadores e patrões – os interesses de uns e de outros são distintos. São como água e óleo, não se misturam!

Toda e qualquer conquista obtida por nós em todos esses anos deve ser vista como algo muito precioso, muito caro para nós, porque não foi fácil conquistá-las! E todas as conquistas arrancadas pelos trabalhadores em mais de um século de lutas estão em jogo! É muito mais do que estar contra ou a favor do governo Dilma ou do PT. Nos próximos dias é o destino da classe trabalhadora que estará em jogo. E acreditem, não estamos exagerando.

Vamos continuar realizando essa conversa com toda a categoria. Vamos visitar as áreas da empresa, vamos dialogar com cada trabalhador. Queremos ouvi-los e pedimos que também nos ouçam!

SINDIMETRO NA RUA CONTRA O GOLPE

Para aqueles que já estão convencidos que é preciso combater o golpe contra os trabalhadores, o SINDIMETRO informa que estará no próximo domingo (17 de abril, dia previsto para a votação do impeachment) na Praça da Estação a partir das 14 horas com nossas faixas e reivindicações.